



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FERNANDA DE ARAÚJO OLIVEIRA

“QUEM TEM MEDO DE LÉLIA GONZALEZ”?

GUARABIRA-PB

2021

FERNANDA DE ARAÚJO OLIVEIRA

“QUEM TEM MEDO DE LÉLIA GONZALEZ”?

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História Cultural

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Susel Oliveira da Rosa

GUARABIRA-PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O342q Oliveira, Fernanda de Araujo.
"Quem tem medo de Lélia Gonzalez?" [manuscrito] /
Fernanda de Araujo Oliveira. - 2021.
30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. História cultural. 2. Feminismo negro. 3. Lélia Gonzalez.

I. Título

21. ed. CDD 305.42

FERNANDA DE ARAÚJO OLIVEIRA

“QUEM TEM MEDO DE LÉLIA GONZALEZ?”

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História Cultural

Aprovada em: 04/06/2021

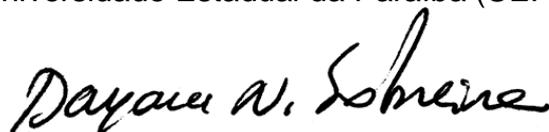
BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Susel Oliveira da Rosa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Jaqueline Gonçalves Araujo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Doutoranda. Dayane Nascimento Sobreira
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Dedico à minha avó paterna Josefa, ao meu avô materno João Antônio, ao meu tio Zequinha, à minha prima Rosa, a Carlos Campelo, familiares e amigos queridos (in memoriam), à Lélia Gonzalez pela ancestralidade que corre no meu sangue (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, que veio me dando força espiritual nos últimos meses tão difíceis.

A minha mãe Gracilene Maria, ao meio pai Valdemir Luiz, ao meu irmão Luis Fernando por todo apoio.

As minhas tias Rosélia Oliveira e Rosinalva Oliveira.

Quero agradecer também aos professores que me acompanharam nesta graduação, em especial ao professor Waldeci Ferreira que foi meu primeiro contato com a questão racial, onde me encontrei como uma mulher negra.

A professora Elisa Mariana por ter direcionado a pesquisa sobre Lélia Gonzalez.

A minha querida orientadora Susel Oliveira por todo carinho e dedicação.

A coordenação, em especial Rilane Torres, por sempre ajudar na resolução de questões.

Aos meus colegas de curso que sempre proporcionaram discussões maravilhosas e foram essenciais na minha construção crítica.

Ao amigo Rodrigo Guedes pela correção linguística do abstract.

Aos meus amigos e amigas em especial ao Little Historians Ana Valesca, Aldiany Luna, Clarice Emanuelle, Kátia Priscila, Lavynnia Thereza, Thalita Furtado. Vocês foram não só o meu grupo de inúmeros trabalhos, mas também meu apoio e meu refúgio em diversos momentos, amo vocês! E não poderia esquecer de destacar especialmente Aldiany Luna e Clarice Emanuelle, por todo apoio em Guarabira durante o PIBID serei eternamente grata!

Gratidão!

“ Se realmente quisermos provocar o nascimento de uma nova sociedade, isso só pode ocorrer na medida em que nós próprios nos tornemos novos seres humanos; ou seja, apenas se resolvermos nossa alienação seremos capazes de transformar a sociedade que estamos denunciando” (GONZALEZ, 2020, p.123).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 1- | Lélia Gonzalez ao lado de Angela Davis..... | 12 |
| Figura 2- | Lélia de Almeida..... | 16 |
| Figura 3- | Lélia de Almeida, Lélia Gonzalez..... | 17 |
| Figura 4- | Lélia Gonzalez assumindo sua negritude..... | 17 |
| Figura 5- | Rainha Nzinga por interpretação de Costa e Silva..... | 18 |
| Figura 6- | Lélia Gonzalez fotografando crianças no Nzinga..... | 19 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 11 |
| 1.O Feminismo Negro no Palco da História..... | 13 |
| 2.Quem é Lélia Gonzalez?..... | 15 |
| 3.Amefricanidade..... | 20 |
| 4.Será que eles não “sacam” que “a gente” fala “pretuguês”?..... | 24 |
| 5.Racismo e Sexismo..... | 25 |
| Considerações Finais..... | 30 |
| Referências..... | 31 |

“QUEM TEM MEDO DE LÉLIA GONZALEZ”?

“WHO'S AFRAID OF LÉLIA GONZALEZ”?

Fernanda de Araújo Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo “Quem tem medo de Lélia Gonzalez?” tem por objetivo visibilizar epistemologicamente a historiadora, professora, militante Lélia Gonzalez e seu pensamento, através dos seus principais conceitos: Amefricanidade, que busca uma unidade específica entre todos/as/es do continente americano; pretuguês que nos traz a africanização da língua portuguesa brasileira, e racismo e sexismo para repensarmos as interseções que passamos enquanto mulheres negras.

Palavras-chave: História Cultural, Feminismo Negro, Lélia Gonzalez .

ABSTRACT

The present article “Who's afraid of Lélia Gonzalez?” aims to bring to knowledge the epistemology from the historian, teacher and activist Lélia Gonzalez and her way of thinking thought her main concepts: Amefricanidade, which seeks out for a specific unity among the people in the American continent; Pretuguês, that shows us the Amefricanization of the Brazilian Portuguese language, racism and sexism, so we can rethink the intersections that we as black women go through.

keywords: Cultural History, Black Feminism, Lélia Gonzalez.

¹ Graduanda do curso em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba(UEPB). Email: afernanda791@gmail.com

Introdução

Escreverei do lugar do questionamento “Quem tem medo de Lélia Gonzalez?”, parafraseando o livro da Djamila Ribeiro “Quem tem medo do Feminismo Negro?”(2018), falarei de uma voz que quase não se ouve, ou se vê, que passou, pela metamorfose de autoconsciência de sua negritude, adentrando a luta, contra o racismo e o sexismo na sociedade na qual vivia. Marcando uma década, uma vida, um movimento de mulheres negras, que questionariam esse feminismo branco, eurocêntrico.

Dissertarei de um lugar de consciência política, sendo uma mulher negra de pele clara, que chega a essa autodefinição, depois de um processo de transição capilar e aceitação do cabelo crespo. Cabelo meu, que foi escondido, contido, durante a infância, chamado pejorativamente de “bombril”, e posteriormente alisado exaustivamente. Cabelo que é uma parte integrante da identidade negra, e um dos maiores elos entre mim e Lélia Gonzalez. Bem como o trocar do L pelo R, traço da africanização do pretuguês, conforme carrego nas veias.

“Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malles.” A escola de samba, Estação Primeira de Mangueira(2019), trouxe como enredo “histórias para ninar gente grande”. Em que questiona “a história que a história, não conta”, uma história que não se encontra nos livros de história. Assim, chegou a hora de contarmos a história de Lélia de Almeida Gonzalez, uma mulher negra, preta, que foi militante, professora, feminista “negra”, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). E que esteve entre nós de 1935 a 1994.

Tornou-se desde então, referência para os estudos feministas, de gênero e raciais, especialmente do feminismo negro, como percebemos em várias autoras - Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e a própria Angela Davis-. Davis que durante uma conferência pela liberdade aqui no Brasil disse: “(...)temos que aprender com o Brasil. Mais do que vocês com os Estados Unidos. Isso é consequência do quanto o EUA coloniza região toda em movimentos(...)”², citando referências de ativistas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Preta Ferreira³, Erica Malunguinho⁴ e Luiza Barros⁵.

² Portal Claudia. <https://claudia.abril.com.br/cultura/angela-davis-brasil/> acesso: 15/11/2019 às 12:33h

³ Janice Ferreira da Silva, conhecida como Preta Ferreira é formada em publicidade, é cantora, atriz participante do movimento por moradia sendo uma das liderança da ocupação 9 de julho. Ver mais em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/conheca-pretta-ferreira-lider-de-movimento-por-moradia-presa-desde-junho>. acesso: 20/07/2020 às 15:05h.

⁴ Mulher, trans, negra, mestra em Estética e História da Arte pela USP, é deputada estadual por São Paulo. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/erica-malunguinho-primeira-deputada-estadual-transgenero-de-sao-paulo/> acesso: 20/07/2020 às 15:17h.

⁵ Luiza Helena Bairros (1953-2016), era mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutora pela universidade Michigan, nos EUA, na área das Ciências Sociais, foi intelectual, ativista e compôs a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no governo da Presidente Dilma Rousseff. Ver mais em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/luiza-bairros-uma-referencia-que-fica>. acesso: 20/07/2020 às 15:32h.

Figura 1: Lélia Gonzalez ao lado de Ângela Davis, em Beyond, Baltimore, Estados Unidos, 1985.



Fonte: Projeto Memória .⁶

Escrevendo no período histórico, de luta e fervor, da comunidade negra, com protestos marcantes, e necessários, no meio de uma pandemia causada pela “covid-19”⁷, trago a necessidade e importância de aprofundarmos o estudo sobre o racismo no Brasil. Observando, que é mais que necessário pararmos para analisar a nossa estrutura, em vez de negá-la, negação é “(...) a recusa de reconhecer a verdade(...)” (KILOMBA, 2019, p.43), pois, no Brasil, ainda não houve, um processo de reconhecimento pleno, de que somos um país e uma sociedade profundamente racistas, sendo ainda visível, essa negação que impede, o reconhecimento e a reparação. Precisamos ir muito além da bolha de ativismo virtual das hashtags “#vidasnegrasimportam” “#Blackouttuesday”⁸.

Para tanto, utilizarei neste TCC, o livro “Por um feminismo afro latino americano” (2020), de Lélia Gonzalez, organizado pelas autoras Flavia Rios e Márcia Lima. No qual analisarei, especificamente, dois textos “Racismo e sexismo na cultura brasileira” e “A categoria político-cultural de amefricanidade”. Para contar um pouco da vida de Lélia, recorrerei ao livro-biografia “Lélia Gonzalez: Retrato do Brasil negro” (2010), dos autores Alex Ratts e Flavia Rios, e de fontes complementares como sites, documentários etc. Discorrerei sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez: falarei brevemente sobre o feminismo negro na história, seguindo pela história de vida de Lélia Gonzalez, como foi o processo de se reconhecer como mulher negra e a mudança para a militância. Também dissertarei, sobre o conceito de

⁶ .Foto retirada do Instagram oficial de Lélia Gonzalez administrado pela família da Lélia Gonzalez e o portal nossa causa. No dia 25/09/2020 às 15:33h. Ver mais em: <https://www.instagram.com/p/CFUc8D-AWQi/?igshid=gz1luo8ncgi5>.

⁷ A Covid-19 é uma doença causada pelo novo coronavírus, que apresenta pacientes assintomáticos a casos graves, apresentando-se de forma gripal. Ver mais em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca> acesso: 25/01/2021 às 14:45h.

⁸ Termo utilizado nas mídias digitais sendo composto de palavras-chaves ou de única palavra, sendo representada pelo símbolo do jogo da velha . Ambas as hashtags marcam os protestos virtuais contra o racismo .

“amefricanidade”, cunhado por Lélia Gonzalez, que nos propõem uma unidade entre os moradores do continente americano. Bem como, o conceito “pretuguês”, que mostra a africanização da língua portuguesa aqui no Brasil. Por fim, trarei as discussões da autora, sobre o “Racismo e sexismo na cultura brasileira” e como se entrelaçam essas opressões.

Portanto, esse estudo surge, a partir, de questionamentos, do deixar morrer e fazer viver, de sujeitas que não foram suficientemente ouvidas por uma academia branca. Para que, futuras gerações possam saber da importância de Lélia Gonzalez, “pra gente sacar”⁹, movimentarmos, lutarmos, buscarmos dias melhores para todas, todos e todes que fazem parte, dessa grande maioria brasileira, negra, pobre, que os brancos terão que aguentar, vendo essas feições do Brasil, a história estampar.

1. O feminismo negro no palco da história

A história que nos é contada é uma história dos “grandes homens” e dos “grandes feitos”. Através de uma lente euro patriarcal, que excluiu mulheres, negras/os, homossexuais, populações ditas de “segundo mundo”, entre outras/os. No entanto, Joan Scott (2019), nos aponta que a luta feminista branca, no final do século XX, irá inseri-las na história, ou seja, a partir desta movimentação, as mulheres brancas virarão “dignas” de serem estudadas pela historiografia. Tal como, adentraram as universidades e poderão pesquisar sobre mulheres, criando assim o campo de estudos “História das mulheres”. Porém, enquanto mulheres negras, continuaremos sendo excluídas da história e do próprio movimento feminista. Esta mudança, só aparecerá com a última onda feminista que começará a repensar e levar em sua análise as pluralidades do ser mulher.

Pensando na historiografia brasileira, veremos a formação sócio-histórica de uma identidade, de nós mulheres negras e originárias, eurocêntrica e patriarcal. Na qual as mulheres originárias “(...) foram transformadas em “ninfomaníacas” e “devassas”, segundo as classificações das “perversões sexuais” elaboradas pelo médico vienense Von Kraft-Ebing, em meados do século XIX(...)” (RAGO, 1997, p.189). Tais classificações misóginas foram construídas a partir de uma visão colonialista e perpassaram as diversas temporalidades, pois, fica evidente no nosso dia a dia, a misoginia e sexualização que sofremos.

É a partir desta construção que Margareth Rago (1997) nos expõe “ A sexualidade e identidade na historiografia brasileira”, analisando obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado. Nessas obras clássicas da historiografia e literatura brasileira, há uma criação de uma identidade sexualizada e racista, resultando na construção de:

(...) um campo discursivo que, de ordem biológica, reforça a estigmatização do outro percebido como desvio, monstruosidade, diferença. Etnocêntrico e xenófobo, percebe o outro biologicamente como raça inferior; falocêntrico, institui o masculino como lugar da verdade e da perfeição(...).(1997, p.191-192).

Como podemos notar, a historiografia brasileira, institui o “outro” como inferior racialmente e sexualmente, “o falo em primeiro lugar”. Hierarquizando e excluindo-nas, criando uma história única, que resulta nas relações de poder não “(...) apenas

⁹ Linguagem cunhada por Lélia Gonzalez ,o pretuguês 1984 .

de contar história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (...)” (ADICHIE, 2019, p.23). Chimamanda Adichie nos expõe como a relação de poder do homem branco europeu criou uma história única do continente africano, uma história de fome, de guerras, de doenças. Está visão implica, diretamente, as relações do poder de quem está contando.

Com base em Djamila Ribeiro (2019), podemos repensar as relações do poder falar, pois, nós mulheres negras, vamos vivenciar um fato chamado invisibilidade. Invisibilidade não é só impedir nossa voz de falar, mas também não nos escutar. Está invisibilidade é vista desde o século XIX. Através do discurso de Sojourner Truth, uma abolicionista norte americana, que subiu no palco do movimento Sufragista em Ohio, em 1851, nos Estados Unidos e disse: “(...) Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem [...] Nunca ninguém me ajuda (...) E eu não sou uma mulher? (...)”. É visto que Sojourner não foi impedida de falar, mas não foi ouvida, pois para aquelas mulheres brancas, Sojourner não era uma mulher, a sua raça a diferenciava das demais.

Retornando a questão de poder, da invisibilidade, do silêncio e da ausência da história. A filósofa Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado, nos traz o epistemicídio como um dos elementos que constituem o dispositivo da racialidade, junto com o genocídio, que deriva do pensamento de:

(...) Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (2005, p.96)

Sueli Carneiro nos demonstra que, o epistemicídio ultrapassa as paredes das universidades, implica também a falta de direitos básicos como educação, saúde, moradia, entre outros. Vai legitimar a história europeia como única verdade e os europeus como os únicos que poderiam falar. Assim, se voltamos para o período da invasão brasileira, o epistemicídio estava lá, na imposição de uma nova cultura, de uma nova religião, na deslegitimação cultural dos povos originários, tidas como “atrasadas”.

Nos dias atuais, o ensino de história reproduz a história da Europa como “importante” e a “africana e americana” como inferiores, fazendo assim, que muitos alunos não conheçam a sua própria história, - por mais que tenhamos uma lei 10.639/2003 obrigando o ensino de história da África, afro-brasileira por exemplo-. Tal como, a maneira que o currículo embranqueceu o Egito Antigo ao ponto de não associarmos ao continente africano, mas as “civilizações mediterrâneas”. A mídia (filmes, novelas, etc.), aparece reforçando com mais vigor a visão eurocêntrica, colocando na sua maioria das vezes um elenco majoritariamente branco, pois para eles, não teria como pessoas pretas do continente africano ter tanta “inteligência”¹⁰.

A partir destas premissas, devemos levar em conta que a “(...) responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento é nossa, é toda nossa (...)” (ROSA, 2019, p.241). Em seu artigo “Não deixem a tinta coagular em suas canetas, por uma escrita orgânica”(2019), Susel da Rosa mostra que é impossível nos separarmos do nosso objeto/corpus de estudo e temos que colocar as

¹⁰ Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/o-embraquecimento-historico-do-egito-antigo/> acesso 15/05/2021 às 10:33h.

nossas tripas no papel. Trazendo a história da sua mãe e de Dona Leonor, a autora entrelaça com a história dos feminismos negros. No qual, surgiram, a partir de questionamentos da falta de mulheres negras na academia, pois acabamos por sofrer de uma “colonização epistemológica”, lendo, ouvindo, estudando, autores e autoras europeus. Mesmo estando em um curso de licenciatura em História, é visível a invisibilidade de Lélia Gonzalez, ou seja, inserimos Lélia é uma forma de combater ao epistemicídio. Bem cabe a nós está responsabilidade.

2. Quem é Lélia Gonzalez?

Para entendermos quem é Lélia Gonzalez, precisamos compreender a sua história de vida. Como foi a construção política de uma mulher negra? É visto que na sua juventude ao adentrar a Universidade, Lélia é “vítima” do embranquecimento. Passando posteriormente, por vivências racistas, que lhe trouxe uma “consciência” de sua negritude, havendo assim uma transformação de nome e sobrenome de Lélia de Almeida para Lélia Gonzalez.

Com base em Ratts e Rios (2010), sabemos que Lélia de Almeida foi a penúltima dentre dezoito irmãos, filha de Urcinda Serafim de Almeida, indígena trabalhadora doméstica e de Acácio Joaquim de Almeida, trabalhador negro ferroviário. Nascida em 1935, em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e posteriormente migrou aos 7 anos para o Rio de Janeiro onde faleceu em 1994 aos 59 anos. A migração foi devido à contratação do seu irmão Jaime de Almeida, pelo Esporte Clube Flamengo, que veio a trazer uma transformação social para toda a família Almeida.

Diferentemente de seus irmãos, Lélia, por ser uma das mais novas dos filhos, pode se dedicar aos estudos - já que os mais velhos começavam a trabalhar cedo para ajudar nas despesas da casa e não passavam no ensino primário - . Logo, iniciou seus estudos na escola primária ainda no estado de Minas Gerais. Depois foi para o ginásio, onde cursou na Escola Rivadávia no Rio de Janeiro. O científico foi no Colégio Pedro II e posteriormente adentrou na vida acadêmica cursando bacharelado e licenciatura em História e Geografia pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ), entre os anos de 1954-1958. Cursou Bacharelado e licenciatura em Filosofia, pela mesma universidade, nos anos 1959-1962. Também foi mestranda em Comunicação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em Antropologia Social, pela Universidade de São Paulo(USP). Esses últimos não chegaram a ser concluídos. Como podemos ver, Lélia, quebrou e desmontou a estrutura racista, saindo do lugar que a sociedade "considerava de negro".

Logo após a sua formação na graduação, Lélia de Almeida, iniciou a vida profissional como docente em escolas particulares. Segundo Ratts e Rios (2010) sobre sua trajetória de estudante para professora Lélia diz:

Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz Filosofia e História. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior. E claro que, enquanto estudante muito popular na escola, como uma pessoa legal, aquela pretinha legal, muito inteligente, os professores gostavam, esses baratos todos. (GONZALEZ,1979, p..202-203 apud Ratts e Rios, 2010, posição. 352).

Como podemos observar, ao adentrar a Universidade, Lélia de Almeida foi passando por um processo de embranquecimento. Tendo em vista, que era um local destinado às elites brancas. Enquanto mulher negra, Lélia passou por um processo de “adaptação”, se moldando para sobreviver a um ambiente que era padronizado. Logo no início de sua docência, Ratts e Rios (2010), nos mostram através de um arquivo de formatura, de uma aluna do colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro, a estética embranquecida de Lélia, usando peruca lisa e penteado para trás, com um vestido claro na altura do joelho e um decote discreto como podemos observar na figura 2.

Figura 2: Lélia de Almeida é a terceira do lado esquerdo da primeira linha.



Fonte: Retratos do Brasil Negro, Ratts e Rios 2010.¹¹

Durante a graduação de filosofia Lélia conhece o seu primeiro marido, Luiz Carlos Gonzalez. Colega de faculdade de origem espanhola. Sobre essa experiência, Lélia nos diz em seu pronunciamento, da reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas com Deficiências e Minorias em 1987:

Mas eu fico me lembrando, por exemplo, quando terminando o curso de filosofia na Universidade do Rio de Janeiro, eu me caso com um colega branco --- daí o meu nome, Gonzalez ---- e, de repente, não morava com a família, mas habituada a minha família negra, onde todo mundo briga, mas faz as pazes e essas coisas todas, insisti para ele retornasse ao seio de sua família. E sabem como me aceitaram? Como um caso--- como se costuma dizer--- de concubinação, até o momento em que verificaram que nós estávamos legalmente casados. Enquanto eu era a concubina negra de um jovem rapaz branco, que amanhã vai se casar com uma moça de boa família, no dia seguinte, quando souberam do casamento, daí em diante eu virei negra suja, prostituta e coisas que tais. (2020, p.257)

Este relacionamento foi marcado por episódios de racismos da família de Luiz Carlos, pois, aceitaram inicialmente, como se fosse um caso de “concubinação” o que nos remete ao período da escravização e a célebre frase “branca para casar,

¹¹ Fonte: Acervo pessoal de Ana Felipe. Retirada do Livro Retratos do Brasil Negro Lélia Gonzalez. In: Lélia de Almeida: Professora, tradutora e Lady. São Paulo, 2010, p. 412

mulata para fornicar e preta para trabalhar”. Esse relacionamento, foi decisivo para o desabrochar de Lélia como uma mulher negra, pois ela vivenciou diretamente o racismo. Além disso, Luiz Carlos incentivava Lélia a ser politicamente uma mulher negra. Diferentemente do outro casamento, que o cônjuge era “mulato”, mas muito embranquecido pelo sistema. Luiz Carlos faleceu tragicamente e Lélia optou por continuar com o sobrenome de casada, o Gonzalez.

Figura 3: Lélia de Almeida, Lélia Gonzalez.



Fonte: hypeness¹²

Figura 4: Lélia Gonzalez assumindo sua negritude.



Fonte: Uol¹³

Notamos uma mudança de Lélia de Almeida para Lélia Gonzalez figura 3, começando a usar cores mais fortes, deixando o cabelo crespo demarcar sua

¹² Foto retirada do site hypeness. Ver mais em : <https://www.hypeness.com.br/2021/01/lelia-gonzalez-foi-a-nossa-angela-davis-e-deveria-ser-leitura-obrigatoria-nas-escolas-e-universidades/> acessado em 10/06/2021 às 16:05h.

¹³Foto retirada do site Uol., Ver mais em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/02/01/lelia-gonzalez.htm> acessado em 21/04/2021 às 08:41h.

estética que tanto foi embranquecida, como podemos observar na figura 4. Tendo em vista que:

(...) o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanos/as da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial(...)(KILOMBA,2019,p.127)

O cabelo torna-se assim, um ato político de re(existência) e união com os nossos ancestrais. É neste momento, que Lélia, irá lecionar em universidades, iniciará uma vida mais ativa na militância, sendo uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) que “não apenas alcançou outros estados do sudeste, sul e nordeste como desenvolveu uma série de atividades que contribuíram enormemente para o avanço da consciência democrática (antirracista e anticolonialista)” (GONZALEZ, 2020, p.162).

Lélia Gonzalez, também foi a primeira coordenadora no Coletivo Nzinga. O nome do coletivo faz referência à rainha africana Nzinga e a sua luta contra o poder colonial em Angola, segundo o site “Geledes”¹⁴ Nzinga impediu por 40 anos que os portugueses entrassem no Continente Africano. As cores do coletivo representam o amarelo de Oxum e o Roxo do movimento internacional de mulheres, tinha como símbolo representativo um pássaro que segundo a própria Lélia, significava a ancestralidade feminina de tradição nagô.

Figura 3: Rainha Nzinga por interpretação de Costa e Silva



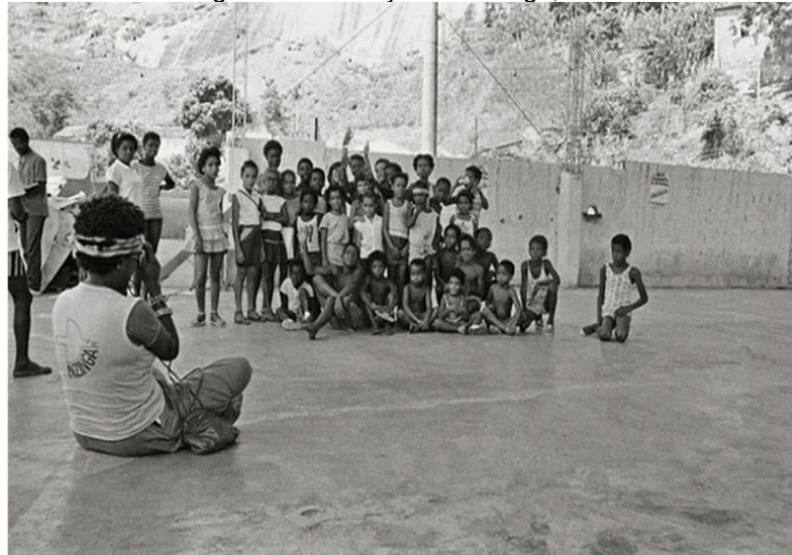
Fonte: Portal Geledes¹⁵

¹⁴ O geledes é um portal de divulgação e organização de movimento negro e de mulheres negras e teve como fundadora a Filósofa Sueli Carneiro. Acessar em: <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/>

¹⁵ No portal apresentam-se várias imagens de interpretação da Rainha Nzinga, logo que não se tem registro de uma foto oficial. Ver mais: <https://www.geledes.org.br/nzinga-a-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/> acessado 10/04/2021 às 21:41h.

O coletivo tinha como sede o Morro dos Cabritos, no Rio de Janeiro, e foi criado no dia 16 de junho de 1983. Um coletivo de mulheres negras, autônomo, fora do movimento negro. Assim, Lélia passou a trilhar outros lugares, notou que dentro do movimento negro as mulheres sofriam do sexismo e da desigualdade de gênero, já no movimento das mulheres, as questões raciais eram silenciadas. A partir daí, Lélia, começou a fazer a análise da mulher negra, que sofreria opressões distintas das mulheres brancas, pois como nos diz Gonzalez “implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdades muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está” (2020, p.192). Para as autoras Rios e Lima (2020), as pesquisas e análises de Lélia Gonzalez sob as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça articulada como formas de opressões, são um dos pilares para a interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw, a partir de tal premissa, podemos argumentar que Lélia Gonzalez, foi e é, um pilar de ancestralidade epistemológica brasileira.

Figura 4: Lélia Gonzalez fotografando crianças no Nzinga, no Morro do Andaraí em 1988.



Fonte: Foto de Januário Garcia. Acervo particular da família da Lélia Gonzalez ¹⁶

Posteriormente, para levar a questão racial para o âmbito dos partidos políticos, Lélia Gonzalez, ajudou na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), foi candidata a deputada federal pelo mesmo no ano de 1982, no pleito em que Benedita da Silva foi candidata a vereadora: ambas pelo estado do Rio de Janeiro. Sobre esta experiência Lélia diz:

No meu caso pessoal, tive a oportunidade de fazer a campanha em conjunto, sobretudo, com duas irmãs faveladas: Benedita da Silva e Jurema Batista. De um lado, a profunda consciência dos problemas e das necessidades concretas da comunidade; de outro, a consciência da discriminação racial e sexual enquanto articulação da exploração de classe (...) A despeito de toda uma inexperiência nesse terreno, vivenciamos situações de extrema riqueza política e pessoal. (2020, p.106)

É notório que ela teve uma experiência fundamental na compreensão da dimensão racial e sexual. O contato com diversas comunidades e grupos sociais abrangeu mais a sua teoria política. Porém, ela não conseguiu se eleger, mas Benedita da Silva conseguiu e Lélia se dispôs a ser sua assessora. Já em 1986,

¹⁶ Foto recebida via Instagram Lélia Gonzalez Oficial em 25/09/2020 às 16:45h.

Lélia deixa o PT, pois a questão racial não estava sendo prioridade. Lançou-se como candidata a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em ambas as candidaturas, Lélia levantava bandeiras dos silenciados, pobres, pretos, homossexuais, prezava a liberdade do corpo entre as mulheres, mas como da primeira vez, ela não foi eleita.

É visto também as diversas viagens que fez. Viajou por quase todo o país, dentre eles a peregrinação ao Parque Memorial Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga Maceió (AL). Segundo Ratts e Rios (2010), a peregrinação contava com a participação de entidades negras, professores universitários (como a própria Lélia Gonzalez), sacerdotes do candomblé, entre outros. Além de viagens no Brasil, foi para diversos países como os Estados Unidos, Canadá, França, Suíça, Senegal, Mali, entre outros. Algumas dessas viagens foram realizadas no período da Ditadura Militar, sendo Lélia Gonzalez, a primeira mulher negra a sair para o exterior, com o objetivo de divulgar a situação da mulher negra brasileira. Tais viagens foram de cunho político, de militância e acadêmicos, sendo que a visita a países do continente africano foi em busca de suas raízes.

Importante situar que as suas influências intelectuais, segundo Rios e Lima (2020), elas vieram da Europa com o feminismo do pós-guerra de Simone de Beauvoir, do marxismo da escola francesa e da psicanálise. Do continente africano veio a influência do anticolonialismo de Amílcar Cabral, do Caribe e dos Estados Unidos as ideias pan-africanistas. É importante ressaltar também a religiosidade de Lélia Gonzalez, ela vinha de uma família católica, então, como tal, cresceu assim, na adolescência foi para a religião espírita e, após assumir sua negritude, ficou muito próxima do Candomblé, sua religião ancestral, e tinha como orixás de cabeça Oxum e Ogum¹⁷.

Portanto, notamos o desabrochar político de Lélia de Almeida, uma mulher negra, professora, para uma Lélia Gonzalez, militante, escritora e uma das primeiras autoras brasileiras a nos expor a análise de gênero e raça como é possível ver no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Lélia teve uma vasta produção entre 1977 a 1988, produção fundamental para compreendermos a sociedade brasileira.

3. Amefricanidade

Em “A Categoria político-cultural da Amefricanidade” (2020), Lélia Gonzalez nos traz uma visão pan africana e diaspórica, de repensar a história pela visão dos povos do continente africano. Desde os que vieram no período da escravização, ou mesmo os ameríndios que já estavam bem antes de Colombo. Fazendo deste continente uma América Ladina, ou mesmo, pensando mais contemporaneamente uma Abya Yala¹⁸, pois o resgate decolonial começa pela língua e renomear nosso continente é fortalecer uma luta ancestral, já que:

¹⁷ Os orixás são expressões de um único deus Olodumaré, aqui no Brasil são cultuados por diversas religiões afro-brasileiras entre elas o Candomblé, e são diretamente ligados a natureza. Oxum é a orixá das águas doces como rios, nascentes, etc. Ogum é orixá da guerra e da tecnologia protetor dos caçadores entre outros. Ver mais em: <https://www.significados.com.br/orixas/> acessado 10/06/2021 às 21:27h.

¹⁸ Abya Yala é um resgate ancestral dos movimentos feministas do continente americano, para renomear a região territorial com um nome que existia antes das invasões europeias, já que América deriva de Americo Vesúcio. Ver mais em: <https://www.abracocultural.com.br/criacao-america-latina-abya-yala/>.

(...)Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil, que por razões de ordem geográfica e, sobretudo, de ordem do inconsciente, não vem a ser o que em geral se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancos. Ao contrário, ele é uma América Africana (...) (p.127.)

A partir de sua experiência, no que diz respeito às viagens pelo continente americano e a teoria lacaniana de Betty Milan e M. D. Magno, Lélia nos aponta a premissa de uma "(...) América Africana, cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina(...)"(p.127). Esta América é um conjunto de lutas, resistências, criações de nossos ancestrais, para a sobrevivência ao duro colonialismo/imperialismo europeu, já o ladino¹⁹ eram escravizados já "aculturados" que sabiam falar o português, por vezes já nascidos no Brasil.

Podemos notar como a presença negra modificou a cultura branca europeia no nosso continente. Lélia observou aqui no Brasil, a troca L pelo o R, traço herdado dos nossos ancestrais que chegaram forçadamente neste continente que modificaria o português. Assim, o sujeito branco, apontará o dedo para "negrada" que não fala a língua do colonizador (o português) e dirá que fala errado, porque "não é culto o suficiente". Pois sinto lhes dizer , que a nossa língua - português brasileiro - foi marcada pela africanização com um caráter rítmico que acabou, por se mesclar com o português que veio do luso, o que modificou não só os falares de nós negros, mas de todas e todos do nosso país, na verdade falamos é pretuguês²⁰.

É visto também que a presença negra modificou o espanhol, o inglês e o francês na região da América insular, principalmente no espanhol da região caribenha. Para além da influência negra na língua, podemos também ver similaridades nas "(...) músicas, as danças, os sistemas de crenças etc(...)" (GONZALEZ,2020,p.128). Pensando mais além, podemos notar as similaridades na alimentação. Ao conversar, com um amigo do Peru, fiquei encantada com a quantidade de frutas e vegetais que são encontrados aqui no Brasil, tal como lá no Peru. Mesmo a maioria dos preparos sendo diferentes, - como o abacate que no Peru é consumido salgado e aqui normalmente doce- , as similaridades sobressaem, demonstrando como muito da nossa cultura é herdada e marcada por diversos povos.

Para além, das semelhanças culturais que possuímos, também temos os racismos como forma de dominação colonialista em toda América. Pois, o racismo surge na metade do século XIX como:

(...) a "ciência" da superioridade euro cristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental(...) tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista(...)(GONZALEZ,2020,p.129)

¹⁹ Retirado do site : http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/escr_conflito.html acessado 13/06/2021 às 10:53h.

²⁰ Conceito cunhado por Lélia Gonzalez que nos expõem a africanização do português brasileiro, no qual veremos no próximo capítulo.

A “ciência” legitimará, o processo imperialista europeu, elencando, uma “superioridade branca” e uma inferiorização dos continentes africano e americano. O mito do “homem branco salvador”, que leva a “civilização” para povos e comunidades “atrasadas”, ganhará contornos sutis ao ponto dos colonizados se colocarem desde lugar de inferioridade, causando uma verdadeira alienação, apresentando duas formas distintas como: o racismo aberto e o racismo disfarçado ou por denegação.

O racismo aberto é característico de sociedades anglo-saxônicas, germânica ou holandesa, que nomeiam “negras” as pessoas que possuem antepassados negros, sendo a miscigenação impossível. Nessas sociedades, vemos a identidade negra sendo exposta desde a infância, as crianças negras “(...) crescem sabendo que o são e sem se envergonharem disso(...)”(GONZALEZ,2020,p.132). Podemos notar este racismo explícito nos Estados Unidos, com o seu movimento de segregações explícitas.

Na série *Todo mundo odeia o Cris*²¹, em diversos momentos podemos notar como o Cris – negro retinto –, é submetido a situações racistas, desde a atenção exagerada da professora, a perseguição policial. Mesmo Gregori – seu melhor amigo – ser descendente italiano, ou seja, não ser notadamente um norte-americano ele é branco. Neste ponto é visível como a questão racial é forte e objetiva. Se olharmos para a violência policial, podemos notar em qualquer noticiário, o quanto os negros/as norte americanos são perseguidos e mortos por policiais brancos. O caso Jorge Floyd e uma marcante e dolorosa frase “eu não consigo respirar”, mostra “(...) a dureza dos sistemas que fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista(...)”(GONZALEZ,2020,p.132,grifos nossos). Esta organização #blacklivesmatter, ultrapassou os territórios norte-americanos e se espalhou por todo o continente, ou mesmo o mundo.

Já o racismo por denegação é comumente encontrado nas sociedades latinas americanas. Com o uso de teorias de miscigenações, que “todo mundo possui sangue retinto”, mas ao mesmo tempo nega-lhe que é negro/a. A negação começa com a própria falta de identidade cultural, pois a ideologia do branqueamento veiculada “(...) pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais (...) a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais(...)”(GONZALEZ,2020,p.131). Se atentamos para o Brasil, a televisão reproduz uma história única e eurocêntrica do continente africano de fomes, doenças e muita pobreza. Descendentes diretos deste continente e desta cultura, a influência negra, é vista, como “atrasadas”, “demoníacas” como a religiosidade, “suja” ou “feia” como nossos cabelos, sendo uma visão tão inferior, ao ponto que muitos e muitas de nós, não temos coragem e forças para assumir com todas as implicações que somos negros.

Após estes apontamentos, Lélia Gonzalez nos apresenta a categoria de Amefricanidade, que:

(...) Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o

²¹ *Todo mundo odeia o Cris* ou *Everybody Hates Chris*, foi uma série de TV norte-americana que conta a história da família Rock. Teve como direção Chris Rock, Ali Leroi. Ver mais em: <https://www.adorocinema.com/series/series-458/> acesso: 16/05/2021 às 20:52h.

akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos ioruba, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, négritude, afrocentricity etc. (2020,p.135)

Pensando para além do Brasil, mas sim em toda a América seja Central, do Norte, do Sul, Lélia Gonzalez nos propõe, a definição por meio dessa categoria, que vai além da nossa geografia, vivemos uma unidade americana que nos foi forjada. Desde o momento que nossos ancestrais foram traficados como objetos pelas sociedades colonialistas, tirados/as a força e jogados em navios, tendo a perda de nossa identidade enquanto herança familiar, porque para evitar “rebeliões” mesclávamos entre várias etnias. Mas é aí que começa a luta por resistência, a luta pela permanência da cultura africana adaptando-se a do colonizador.

Tal como, a busca por uma sociedade justa e livre, como os quilombos que eram “(...) uma sociedade justa e igualitária, onde negros, índios, brancos e mestiços viveram do fruto de seu trabalho livre e seriam respeitados em sua dignidade humana(...)foi o primeiro Estado livre das Américas e um Estado criado por negros.”(GONZALEZ,2020,p.204.) A sociedade liderada por Zumbi foi a busca de uma sociedade livre construída dentro de uma escravocrata, é um exemplo de uma tentativa de democracia racial, tal como outros quilombos deste período ou mesmo da contemporaneidade que buscam através da resistência cultural a existência das heranças vindas da mãe África.

Lélia Gonzalez também nos traz “*Nanny: Pilar da Amefricanidade*”(2020), e a importância das “(...)mulheres nas lutas das comunidades amefricanas de ontem e de hoje. Quem de nós desconhece o papel de grandes guerreiras quilombolas como Dandara, Aqualtune ou Maria Felipa?(..)” (2020, p.153). “Nanny está para a Jamaica assim como Marielle Franco para o Brasil”. Nanny é uma figura mística histórica jamaicana que ultrapassa uma visão de uma liderança do seu povo, na qual buscava proteção e liberdade.

Trazendo Nanny para o Brasil, ela seria uma espécie de Oyá/lansã, que resistiu e lutou contra os ingleses na Jamaica e ajudou na libertação de seu povo. Recriando uma nova sociedade nos valores dos nossos ancestrais. Tal como Marielle Franco²², que na contemporaneidade lutava e buscava para a sua Comunidade da Maré, um viver com dignidade, questionando e mostrando a violência policial que matou e mata milhares de nós, neste país, além de levantar diversas bandeiras políticas como feminismo, negritude e LGBTQI+. Esta amefricana brasileira, favelada foi uma verdadeira guerreira que com a sua morte, tornando-se líder mística da resistência do povo preto, multiplicando-a em novas Marielles.

Outro fator que devemos questionar é a contradição de sairmos de um imperialismo e seguir outro, o dos Estados Unidos. Onde comumente chamamos de “americanos”, mas nós também somos americanos, ou melhor, amefricanos. As terminologias “afro-americano” e “africano-americano” que comumente são utilizados nos Estados Unidos reproduzem o imperialismo dos mesmos, e nos traz a premissa que só teriam negros nos Estados Unidos, além de que os nossos irmãos

²² Marielle Franco foi uma mulher, negra, mãe , favelada , socióloga, LGBTQI+, e a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro, nas eleições de 2016, com 46.502 votos. Que foi brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018, quando voltava de uma palestra. Ver mais em: <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/> acessado 16/05/2021 às 12:00

que moram no continente africano podem muito bem achar que eles não são africanos.

Então, Gonzalez nos propõe como autodefinição amefricanos e amefricanas para todos os brasileiros e não só os negros – pretos e pardos segundo o IBGE – tal como para todos os americanos. Logo que, não nascemos no continente africano e sim na América, mas toda a nossa cultura, tem a influência, tem a resistência, destes povos. A América, é uma criação nossa e de nossos ancestrais que vieram para o continente, baseados em seus modelos africanos. A nossa experiência amefricana é diferente dos nossos irmãos que ficaram lá no continente africano.

Portanto, é muito mais coerente nos identificarmos a partir de amefricanos e amefricanas e utilizarmos a categoria da Amefricanidade. Tanto aqui no Brasil, como no Haiti, nos Estados Unidos e em todos os países do nosso continente, onde a categoria se manifestou nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, na visão de formas mais alternativas para criar sociedades livres e se manifesta com as resistências de vidas negras que importam, através da reescrita de uma outra história contada por nós mesmos e não pelos outros.

4. Será que eles não “sacam” que “a gente” fala “pretuguês”?

A língua portuguesa brasileira difere-se da de Portugal, pois teve a influência nos falares dos diversos povos vindos do continente africano. Esta africanização se deu, a partir da resistência de manter viva as línguas, como: quimbundo, ambudo, iorubá, entre outras, mesclando-as com o português. Formando assim inúmeras palavras do nosso dia a dia. Lélia Gonzalez observou e utilizou em seus trabalhos acadêmicos, cunhando assim o conceito “pretuguês”:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal. Quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (2020, p.90)

Como Lélia Gonzalez nos mostra, neste “barato doido da cultura brasileira”, nós falamos é “pretuguês”. Visto que, as “mães pretas” que cuidavam/cuidam de crianças brancas, contavam histórias, músicas etc., derivadas do continente africano, levando assim o “pretuguês” para toda a cultura dita brasileira.

E o “ignorante” demonstra seu racismo ao inferiorizar a língua portuguesa como “informal”. Ao mesmo tempo em que trocam o “você” pelo “cê”, como se não tivessem falando o pretuguês. A sacação é que, enquanto sociedade racializada, o Brasil fez um apagamento de diversas línguas originárias sofrendo assim de um linguicídio que é a morte das línguas existentes em deterimento da língua colonialista (NASCIMENTO, 2019), ou mesmo a resistência de mesclar com a língua do colonizador como ocorreu na América Ladina.

Assim as populações negra, preta, favelada são os que “falam errado” e os brancos falam “informalmente”, porque também houve um processo no qual a língua racializou, nomeando e inferiorizando as populações não brancas. No entanto, se o português sofreu esta africanização, todos nós falamos o pretuguês. Porém, acabam por negar a importância negra na formação linguística. E o engraçado “negrada” é a contradição do objeto parcial por excelência da nossa cultura ser a bunda:

(...) Recorrendo ao Aurélio, pode-se constatar que essa palavra se inscreve no vocabulário de uma língua africana, o quimbundo (mbunda), que influenciou os nossos falares. Além disso, vale ressaltar que os bundos constituem uma etnia banto de Angola que, além do supracitado quimbundo, falam outras línguas: bunda e ambundo (...) Em consequência, além de certos modismos (refiro-me, por exemplo, ao biquíni fio dental) que buscam evidenciar esse objeto parcial, note-se que o termo deu origem a muitos outros em nosso “pretuques”. Por essa razão, gosto de fazer um trocadilho, afirmando que o português, o lusitano, “não fala e nem diz bunda” (do verbo desbundar). (GONZALEZ,2020, p.129)

Para além da bunda, vinda do mbunda, podemos encontrar o “pretuguês” em letras de músicas como no hip hop. Nos cultos religiosos de matrizes africanas como “candomblé”, “axé”, “iemanjá” entre outras. No nosso cotidiano como: “bagunça”, “cachaça”, “chuchu”, “coque”, até a interjeição “hã”, que “transa” surpresa, espanto ou admiração entre outras²³.

Fato é que, Lélia Gonzalez, além de criar o conceito, também “pinta” em seus textos o “pretuguês”. Segundo Ratts e Rios “(...) Lélia agregava gíria e dialeto. A gíria se refere a um conjunto de termos e expressões geralmente vinculadas a determinados grupos sociais que podem transbordar para públicos mais amplos (...)” (RATTS E RIOS,2010.Posição-643 apud PRETI,1984). Ao utilizar o pretuguês Lélia Gonzalez quebrava/quebra uma estrutura que diz que nós que somos a “negrada”, pobre, que muitas das vezes falamos o pretuguês e não entendemos o “português” academicamente falando pudesse “sacar”. Podemos notar essa escrita transgressora de Lélia Gonzalez, por exemplo no artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (2020).

O artigo contém por volta de 50 palavras e expressões “pretuquesas”. Dentre elas: “Cumé” que significa: como é?, “pro” para o, “crioleu” e “negrada” faz referência ao grupo de pessoas negras, “mucama” escravizada especial, “pivete” criança pequena, entre outras. E expressões como: “Segurando a barra” que podemos interpretar como aguentando firme, “botar para quebrar” uma forma de dizer que vai fazer algo muito bem feito. Tanto neste artigo, como em outros a escrita de Lélia Gonzalez, diferenciava-se das demais vistas dentro da academia, tendo todo um “jogo de cintura”, no qual a escrita flutua levemente, mesmo com uso de conceitos complexos como da psicanálise.

Portanto, a resistência de existir na cultura amefricana pode ser notada na nossa língua pretuquesa. Onde está no nosso dia a dia, porque a nossa contribuição na formação está aí. Lélia além de fazer teoria, foi prática da amefricanidade, e questionou a estrutura e quebrou paradigmas ao escrever em uma linguagem para todos e todas e não só para o público que estava dentro da Universidade.

5. Racismo e Sexismo

(...)Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursão deles. Onde já

²³ Palavras retiradas do dicionário de palavras de origem africana no site Geledes: Ver mais: <https://www.geledes.org.br/palavras-de-origem-africana-no-vocabulario-brasileiro/>: Acessado no dia 04/01/2021 às 14:19h.

se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa pra gente da gente? (GONZALEZ, 2020, p.75)

Primeiramente para entendermos como o racismo e o sexismo se entrelaçam, criando hierarquias entre nós, recorreremos ao artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (2020)²⁴ de Lélia Gonzalez. Texto este que nos expõe um amplo debate sobre diversas linhas teóricas das ciências sociais, das letras, da filosofia, da história e mais recentemente da psicanálise. Trataremos aqui, pois, seguindo Lélia Gonzalez pela linha teórica do feminismo negro elencando a articulação entre raça e gênero na cultura brasileira.

Logo na epigrafe “cumé que a gente fica?” é possível notamos como o racismo nos impediu de falarmos. De acordo com a linha teórica de Ribeiro (2019) é visto que, enquanto mulheres negras, não tínhamos visibilidade dentro de outros movimentos como o sufragista²⁵ no qual Sojourner não foi ouvida. Ancestral de Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez já nos apontava para esse lugar não tido ainda na década de 80, pois “os brancos escreveram um livro da gente e sobre a gente” (2020; grifos meus).

Lélia Gonzalez caminhou por diferentes locais sociais, notando que dentro do movimento negro era notório a ênfase na análise da questão racial e dentro do grêmio recreativo de arte negra e da escola de samba quilombo ela observou dimensão sexual, mas que “(...) enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação da ciências sociais(...)” (GONZALEZ,2020,p.77), ou seja faltava uma análise como nomeamos contemporaneamente “interseccional”²⁶ e a partir das categorias de mulata, doméstica e mãe preta, veremos a raça e o gênero como aparatos de hierarquizações.

Logo, em uma “(...) primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica (...)” (GONZALEZ,2020, p.80). Lélia Gonzalez nos aponta o carnaval como apogeu do mito da democracia racial²⁷ quando a mulher negra “mulata do tipo exportação”, fica em “exposição” nas “vitrines do carnaval”. Saindo do seu lugar no anonimato, para os holofotes. Ela vira o centro das atenções principalmente do homem branco “olha aquele grupo do carro

²⁴ Lélia Gonzalez expõe que o aporte teórico é a psicanálise de Freud e Lacan, no entanto neste trabalho não aprofundaremos os conceitos da psicanálise.

²⁵ O movimento das sufragistas era um movimento no qual buscava o direito feminino ao voto. Ver mais: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/> acesso: 16/05/2021 às 20:59h

²⁶ Interseccionalidade foi um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw e apresentado por Carla Akotirene aqui no Brasil que visa trazer uma inseparabilidade teórica-metodológica ao racismo, capitalismo, cisheteropatriarcal, onde nós mulheres negras somos atingidas pelas diversas de linhas de cruzamento e sobreposição.

²⁷ O mito da democracia racial é a ideia que vivemos uma democracia entre as raças, “pois todos são iguais perante a lei”, que todos e todas temos os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, que a polícia trata todos por igual etc. E esse mito vem atrelado às diversas teorias de embranquecimento e teve origem com “(...) Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação(...)”.(GONZALEZ,2020, p.50)

com os documentos, na escola (de brancos) Starr não podia falar em gírias. Teria que ter uma identidade branca para ser aceita naquele ambiente. Trazendo para o Brasil, a violência ganha contornos de “pacificação”, justificando o injustificável. Pois, sabemos muito bem, que ser negro/preto no Brasil é ser visto desde criança como o “trombadinha”, já as crianças brancas são simplesmente “crianças”. Então, aí percebemos que a democracia racial só pode ser um mito, porque não existe na vida real. A maior quebra do encanto do mito da democracia racial é a população carcerária ser em massa negra (parda e preta), e essa também ser a cor da maioria dos assassinatos pela polícia principalmente em comunidades, é só ligar a TV e ver quantos e quantas de nós somos mortos todos os dias.

Outro fator existente é o lugar “natural” de nós negros. Construído historicamente através do estado racista, que desde a abolição, não nos incluiu na “sociedade brasileira”. Para esta mesma sociedade, “(...) se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais(...) o único culpado é ele próprio (...) Dadas as suas características de ‘preguiça’, ‘irresponsabilidade’, ‘alcoolicismo’, ‘infantilidade’ e etc.(...)” (GONZALEZ, 2020, p.38). Daí surge os lugares considerados “naturais” como se “Deus” tivesse delimitado logo após a construção do mundo “ocidental” e que na verdade fez/faz parte de um projeto de poder de uma divisão do ambiente racializada. Os homens negros têm “naturalmente” trabalhos com pouca remuneração e comumente são braçais. Gonzalez nos mostra que no período de 1950-73 no geral a população brasileira continha níveis elevados de escolaridade, no entanto a população de cor não, e também não se beneficiava do retorno da educação, Logo que:

(...) Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não temos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra(...)” (2020, p.39)

Lélia Gonzalez traz essa importante crítica ao ensino brasileiro que não leva em conta a diversidade cultural do nosso país, não reconhecendo como história a formação indígena e africana. O que leva muitas pessoas a evasão escolar, pois elas não se sentem pertencidas. O racismo estrutural vai fazer que a única figura negra da escola “com o lugar natural” seja uma “merendeira”, a “tia da limpeza”, serviços que em geral remetem ao cuidado, e tal como os homens negros com pouca remuneração, pois os demais serviços requerem “boa aparência”, mas sabemos muito bem que esse “boa aparência” se refere ao protótipo de uma mulher ou homem brancos.

No filme *M-8*³² Maurício, um adolescente preto de comunidade, entrará para um curso elitista de medicina. Onde ele será o único estudante negro, chegando a se identificar mais com os corpos do necrotério do que aos seus colegas de curso. Corpos pretos, “anônimos” que são filhos, pais, irmãos, que são mortos todos os dias, onde “(...) A população sitiada é privada de seus meios de renda. As execuções a céu aberto, somam-se matanças “invisíveis””(MBEMBE,2016,p.138,

³² *M-8 Quando a morte socorre a vida* (2019) é um filme brasileiro que traz a vida Maurício (Juan Paiva) um jovem negro que passa para um curso de medicina, lá ele começa a questionar a história dos cadáveres e começa a se identificar mais com eles do que seus colegas de curso. O filme tem como diretor Jeferson De. Ver mais em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-266428/creditos/> acessado no dia 21/04/2021 às 09:06h.

grifos nossos). O genocídio da população negra, nos acompanha desde o dia que o primeiro “navio negreiro” chegou neste continente. Esta necropolítica, de gerir a vida de “quem pode viver ou morrer” por parte do Estado antes de um soberano, passa-se na contemporaneidade a ganhar contornos para além do mesmo. As “políticas de armamentos” e as “guerras contra as drogas”, levam milhares de vidas como a da Kathlen Romeu³³ e outras tantas, já a falta de direitos básicos nos confere o status de “mortos-vivos”(MBEMBE,2016).

Voltando-nos novamente para as três categorias de mulher negra: “mulata”, “empregada doméstica” e “mãe preta”. Lélia Gonzalez nos mostra a função entre “mulata” e a “empregada doméstica” derivadas da mucama. Que era uma escravizada de “estimação”, que auxiliava nos serviços caseiros, sendo, às vezes, ama de leite, entre outros. Pensando com Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, nos aponta a função da escravizada no sistema produtivo como prestadora de serviços domésticos e sexuais:

(...) Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente pra outras entradas (não é, “seu” sindicato?). É por aí que a gente saca que não dá para fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí. (2020, p. 83).

Derivadas das mucamas nós podemos notar essa dupla finalidade no nosso cotidiano, onde sofremos da tida “boa aparência”, que envolve sempre uma mulher branca, empurrando-nos para o cálido lugar de prestação de serviços. Sofremos da sexualização em diversas localidades, pois os nossos corpos são vistos como objetos sexuais até hoje.

Já a noção de mãe preta, ela simplesmente é a mãe, pois exerce a função de maternidade ,ela que dá banho, troca a fralda, ensina a linguagem, falando em linguagem estamos expondo o nosso pretuguês que a neurose cultural³⁴ tenta encobrir. É essa figura materna que levou a nossa cultura amefricana, que define todos os brasileiros e americanos do nosso continente, pois não somos brancos, nem nossa cultura é, como tentam nos convencer. A branca simplesmente é a outra, que só serviu para parir. A mãe preta é a mãe da cultura brasileira.

Portanto, Lélia Gonzalez nos mostra como o racismo e sexismo se entrelaçam na vida da mulher negra diretamente/indiretamente. Pois a violência policial é ao ser extremamente questionado protege “brancos” e atira em “negros”. Este genocídio é visto desde a escravização aos dias atuais, utilizando de aparato do estado, ao mesmo tempo em que fazem a manutenção de uma democracia racial nunca vista no Brasil.

Considerações finais

³³ Kathlen Romeu foi morta assassinada durante um “confronto policial” na comunidade do Lins, no Rio de Janeiro ver mais em : <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/gravida-morre-vitima-de-bala-perdida-no-rio-de-janeiro-1.3095508> acessado no dia 13/06/2021 às 11:04h.

³⁴ Segundo o dicionário Dicio, neurose é um estado de perturbações nervosas, pensando no Brasil a neurose é branquear. Ver mais em: <https://www.dicio.com.br/neurose/> acessado no dia 13/06/2021 às 11:16h.

O presente artigo se propôs a visibilizar, analisar e apresentar a história de vida de Lélia Gonzalez e seus conceitos principais. Espero que esse objetivos tenham sido alcançados. A partir das ideias levantadas, vemos que “não se nasce mulher negra, mas se torna mulher negra”, pois Lélia Gonzalez, conforme foi ascendendo socialmente, foi embranquecendo, tanto esteticamente, quanto culturalmente. Ao passo que, só veio notar as práticas racistas que sofrera, no exato momento que casa-se com um homem branco, havendo assim uma mudança política, um tornar-se mulher negra.

Trazendo a amefricanidade como a expressão desta nossa parte da formação negada pela história branca, que ao mesmo tempo fala pretuguês, mas a “norma culta” a considera como “coloquial” quando na verdade é nossa expressão máxima desta cultura dita brasileira, que entrelaça opressões de raça e gênero e classe no corpo negro brasileiro.

Portando, a importância e urgência de questionamos “Quem tem medo de Lélia Gonzalez?”, é resgatarmos nossa ancestralidade epistemológica brasileira, que há muito tempo vemos buscando fora, quando já se pensava aqui no Brasil, como nos disse Davis. Além de ser uma prática de luta contra ao epistemicídio acadêmico que faz-se ouvir os silêncios de muitos pensadores, pesquisadores não brancos e estamos trazendo vida negra, preta, originária, não europeia de volta para um lugar que sempre lhes pertenceu.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla, **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado (Doutorado e Filosofia da Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. (Org). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar,2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: estudos de racismo cotidiano**. SP: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. (Org) Heloisa Buarque de Hollanda. **Pensamento Feminista, Conceitos Fundamentais**. In: **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n.32,p. 123-151,2016.
- NASCIMENTO. Gabriel. **Racismo Linguístico**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- RAGO, Margareth. **História e Cidadania**. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. **Anais do XIX Simpósio Nacional de História- ANPUH-** Belo Horizonte, 1997.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Polén, 2019.
- RIOS, Flavia. RATTTS, Alex. **Lélia Gonzalez. Coleção Retratos do Brasil Negro**. SP: Selo Negro, 2010.
- ROSA, Susel Oliveira da. “Não deixem a tinta coagular em suas canetas”: por uma escrita orgânica. **Sæculum – Revista de História**, v. 24, n. 41, p. 236-247, 2019.
- SCOTT. Joan (Org) Peter Burke. **A Escrita da História**. In: **História das Mulheres**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.